# Da Greve Geral na Bolívia à Palantir infiltrando o NHS: a crise civilizatória da austeridade

*De la huelga general en Bolivia a la infiltración de Palantir en el NHS: la crisis civilizatoria de la austeridad*

*From Bolivia's General Strike to Palantir Infiltrating the NHS: The Civilizational Crisis of Austerity*

***Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho***

**Resumo**: Neste informe, em nossa seção de Panorama Político-Econômico, analisamos a greve geral em curso na Bolívia contra o neoliberalismo extrativista, onde a resistência popular — camponeses, mineiros, setores indígenas — confronta a repressão estatal e o apoio estrangeiro ao presidente Paz. Nas Spring Meetings do FMI, o MENAFem expõe o silêncio violento da normalidade: as armadilhas dívida-austeridade funcionam como uma crise feminista, transferindo trabalho de cuidado não remunerado para as mulheres. Diante do Super El Niño, examinamos como a proibição das drogas impulsiona a destruição ambiental, empurrando a produção para fronteiras biodiversas e financiando a mineração ilegal. O Lancet Countdown 2026 revela o aumento da mortalidade por calor e a expansão da transmissão da dengue na Europa. Concluímos com uma proposta econômica feminista — cancelamento da dívida, justiça fiscal, sistemas públicos de cuidado, governança democrática — como central para desmantelar uma arquitetura global falida que prioriza credores em vez de vidas. Em nossa seção de Saúde, denunciamos a captura corporativa do NHS britânico pela Palantir, a misoginia dos Estados-Membros da OMS exposta na WHA79, e o estudo da Lancet que projeta até 22,6 milhões de mortes excessivas até 2030 devido a cortes na ajuda oficial ao desenvolvimento.

**Palavras-chave**: Economia feminista; dívida-austeridade; proibição de drogas; crise climática; Bolívia; FMI.

***Resumen:*** *En este informe, dentro de nuestra sección «Panorama político-económico», analizamos la huelga general que se está desarrollando en Bolivia contra el neoliberalismo extractivista, donde la resistencia popular —campesinos, mineros, sectores indígenas— se enfrenta a la represión estatal y al apoyo extranjero al presidente Paz. En las Reuniones de Primavera del FMI, MENAFem denuncia el silencio violento de la normalidad: las trampas de la deuda y la austeridad funcionan como una crisis feminista, transfiriendo el trabajo de cuidados no remunerado a las mujeres. Ante el Super El Niño, examinamos cómo la prohibición de las drogas impulsa la destrucción ambiental, empujando la producción hacia fronteras ricas en biodiversidad y financiando la minería ilegal. El Lancet Countdown 2026 revela el aumento de la mortalidad por calor y la expansión de la transmisión del dengue en Europa. Concluimos con una propuesta económica feminista —cancelación de la deuda, justicia fiscal, sistemas públicos de cuidados, gobernanza democrática— como elemento central para desmantelar una arquitectura global fallida que prioriza a los acreedores en lugar de las vidas. En nuestra sección de Salud, denunciamos la captura corporativa del NHS británico por parte de Palantir, la misoginia de los Estados miembros de la OMS puesta de manifiesto en la WHA79, y el estudio de The Lancet que*

*prevé hasta 22,6 millones de muertes excesivas para 2030 debido a los recortes en la ayuda oficial al desarrollo.*

***Palabras clave:*** *Economía feminista; deuda-austeridad; prohibición de las drogas; crisis climática; Bolivia; FMI.*

***Abstract:*** *For this report, on our Political-Economic Overview section, we analyze Bolivia's ongoing general strike against neoliberal extractivism, where popular resistance — campesinos, miners, Indigenous sectors — confronts state repression and foreign support for President Paz. At the IMF Spring Meetings, MENAFem exposes the violent silence of normalcy: debt-austerity traps function as a feminist crisis, transferring unpaid care work to women. Confronting Super El Niño, we examine how drug prohibition drives environmental destruction, pushing production into biodiverse frontiers and financing illegal mining. The Lancet Countdown 2026 reveals rising heat-related mortality and expanding dengue transmission across Europe. We conclude with a feminist economic proposal — debt cancellation, tax justice, public care systems, democratic governance — as central to dismantling a broken global architecture that prioritizes creditors over lives. In our Health section, we denounce Palantir's corporate capture of the UK's NHS, the WHO Member States' misogyny exposed at WHA79, and The Lancet study projecting up to 22.6 million excess deaths by 2030 due to ODA cuts.*

***Keywords:*** *Feminist economics; debt-austerity; drug prohibition; climate crisis; Bolivia; IMF.*

**Panorama político-econômico**

Neste bloco, partimos da crise social e política na Bolívia para explorarmos as reações diplomáticas regionais e os posicionamentos sobre justiça econômica, soberania e democracia. Em seguida, analisamos as reflexões do MENAFem sobre as Spring Meetings do FMI, conectando a crise da dívida, a austeridade e o impacto de gênero. Frente ao Super El Niño, discutimos a relação entre política de drogas e crise climática a partir do documento anexado, e os achados do novo estudo da The Lancet. Finalizamos com uma proposta de economia feminista como alternativa central à governança global falida.

**Bolívia: greve geral frente e em denúncia ao neoliberalismo extrativista**

Uma greve geral está em curso na Bolívia, exigindo a renúncia do presidente neoliberal Rodrigo Paz. As causas da crise são múltiplas e profundas: crise de combustíveis, inflação, propostas do governo para privatizar recursos naturais e reverter a lei de proteção de terras. As manifestações, que já duram mais de duas semanas, reúnem camponeses, mineiros e setores indígenas, e professores; os manifestantes têm tomados às ruas, se organizado para promover pressão popular, barricas e paro econômico, colocando pressão para renúncia imediata do presidente.

O estopim foi a tentativa do governo de eliminar o direito histórico, conquistado através das lutas camponesas, que impede que a terra seja tomada para pagamento de dívidas. A proposta permitiria que camponeses usassem suas terras como garantia de pagamento, sob pena de perdê-la se a dívida não for paga — uma medida que foi descrita por vários críticos como um mecanismo perverso projetado para explorar as necessidades das pessoas mais pobres para acumular terras em benefício dos grupos econômicos nacionais e internacionais que atualmente apoiam a administração de Paz. A Bolívia possui reservas naturais significativas

de gás e metais preciosos, bem como lítio, essencial para as novas tecnologias de informação e vem sofrendo políticas de neoliberalização extrativista.

Às manifestações populares o governo respondeu com uma dura contraofensiva militar e policial, o que levou os manifestantes a começarem a pedir, de forma cada vez mais coordenada, a renúncia do presidente. Em uma tentativa de conter a crise, Paz anunciou uma reforma ministerial, com a renúncia do Ministro do Trabalho, Edgar Morales, “para pacificar o país” — mas isso não foi o suficiente, com a população identificando Paz como o representante dos interesses externos no país, um inimigo do povo.

“O protesto reuniu colunas de trabalhadores e organizações sociais chegadas de diferentes pontos do país. Segundo relataram manifestantes, a mobilização começou de maneira pacífica, com bandeiras bolivianas e wiphalas, enquanto reivindicavam 'uma Bolívia mais justa e igualitária'. 'Nós o colocamos lá e também nós vamos tirá-lo', expressou um dos camponeses presentes. A tensão escalou quando efetivos policiais começaram a lançar gases lacrimogêneos para impedir o avanço em direção à Plaza Murillo. As imagens mostraram corridas, colunas se dispersando e pessoas afetadas pelos gases. Manifestantes denunciaram que não houve incidentes violentos antes da intervenção policial e acusaram o governo de impor medidas 'a puro decreto', sem consultar povos indígenas nem setores rurais. (...) Há poucos dias, vários presidentes de direita na América Latina assinaram uma carta de apoio a Rodrigo Paz e condenaram as ações dos manifestantes. Esta é a mesma linha adotada por Washington, que afirma que as manifestações fazem parte de um plano premeditado para derrubar o governo, que está no poder há menos de um ano.

Foi isso o que disse o secretário-adjunto dos EUA, Christopher Landau: 'Isso é um golpe financiado por aquela aliança entre a política e o crime organizado em toda a América Latina… É inconcebível que pudesse haver um processo democrático no qual Paz foi esmagadoramente eleito pelo povo boliviano há menos de um ano, e agora você tem manifestantes violentos bloqueando as ruas.'

Por sua vez, o presidente colombiano Gustavo Petro disse que a Bolívia está vivenciando uma genuína 'rebelião popular' e se ofereceu para atuar como mediador. As declarações não foram bem recebidas pelo governo boliviano. Paz disse que as falas de Petro 'são um ataque à democracia… [Petro] priorizou sua ideologia — que, ao que parece, carece de princípios democráticos — sobre as relações e o respeito à democracia de nossas nações.'

Em seguida, a Bolívia decidiu expulsar o principal representante diplomático da Colômbia no país, ao que Bogotá respondeu expulsando o chefe do escritório da Embaixada da Bolívia do solo colombiano.

Esta não é a única controvérsia internacional na qual a administração de Paz se envolveu durante os recentes protestos. O governo boliviano anunciou que a administração do líder de extrema-direita da Argentina, Javier Milei, havia enviado aeronaves transportando ajuda humanitária. No entanto, o deputado argentino Rolando Pacheco afirmou que a carga consistia, na verdade, em equipamentos de controle de distúrbios destinados à repressão dos manifestantes.

Isso levou vários legisladores argentinos a solicitar relatórios da administração Milei sobre o suposto envio de equipamentos policiais e militares em duas aeronaves Hércules. Este incidente soma-se ao já relatado e suposto envio de munição de controle de distúrbios pela

então administração de Mauricio Macri à presidente de fato da Bolívia, Jeanine Áñez, que serviu como presidente após o golpe de Estado de 2019.

Assim, o governo de Paz mostrou que está disposto a se agarrar ao poder a qualquer custo, seja por meio de repressão, negociação ou colaboração estrangeira — seja esta última aberta ou não. Ao mesmo tempo, no entanto, mostrou que não tem medo de romper laços com governos como o de Petro. O futuro da Bolívia é, sem dúvida, incerto e será decidido nos próximos dias."

**Spring Meetings do FMI: o silêncio violento da normalidade**

As Spring Meetings de 2026, realizadas de 13 a 18 de abril em Washington, D.C., foram marcadas pelo que a organização MENAFem descreveu como "um silêncio polido". "Não houve interrupções, nem mudanças estruturais, nem reconhecimento de que a arquitetura financeira global está além do seu ponto de ruptura." — que indicam que o sistema não está falhando; está funcionando exatamente como foi projetado.

A análise da organização denuncia a violência da 'normalidade' em uma região em guerra. Enquanto o conflito na Ucrânia desencadeou respostas sistêmicas, as guerras que estão remodelando a região do MENA são tratadas como instabilidades locais, usados para justificar um retorno aos modelos extrativistas de combustíveis fósseis, sacrificando os compromissos climáticos no altar da 'segurança energética'".

A armadilha da dívida-austeridade é descrita como uma crise feminista e novo financiamento ainda vem atrelado ao ajuste fiscal (austeridade).

"Quando um estado corta gastos públicos para pagar a dívida, não é um ajuste matemático neutro. É uma transferência de trabalho para as mulheres. O FMI está essencialmente equilibrando seus livros com o trabalho não remunerado e sub-remunerado das mulheres no Sul Global."

O MENAFem propõe três mudanças estruturais: "desfinanceirizar o futuro" por meio de uma reestruturação total da arquitetura financeira global; "riqueza pública, não lucro privado" com taxação da riqueza; e soberania sobre as políticas, para que os países tomadores de empréstimos possam passar de 'participar' dos programas do FMI a ter o poder de ditar seus próprios caminhos de desenvolvimento. A pergunta final ecoa: "Por quanto tempo um sistema pode manter sua legitimidade quando não oferece nada além de 'gestão' diante do colapso?"

**Mitigação climática frente à austeridade (e ao El Niño)**

Um novo relatório publicado recentemente, chamado "Revelando o Elo Perdido para a Justiça Climática: Política de Drogas" (disponível em PDF) expõe uma conexão crucial, mas sistematicamente ignorada pelo movimento ambientalista: o papel da proibição de drogas na destruição ambiental e na crise climática, desafiando a política muito difundida (pelos Estados Unidos) de "Guerra às drogas".

O documento começa com um dado alarmante: "As florestas estão desaparecendo a uma taxa extraordinária e persistentemente teimosa. Em 2022, o mundo perdeu 4,1 milhões de hectares de florestas tropicais primárias — áreas de importância crítica para os meios de subsistência, armazenamento de carbono e biodiversidade — equivalente a uma taxa de 11 campos de futebol por minuto."

A tese central é que “seus esforços fracassarão enquanto aqueles comprometidos com a proteção ambiental negligenciarem reconhecer e enfrentar o elefante na sala. Esse elefante é o sistema global de proibição criminalizada de drogas, popularmente conhecido como 'guerra às drogas'.” A reportagem cita a Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia, presidida por três ex-presidentes (César Gaviria, Ernesto Zedillo e Fernando Henrique Cardoso), que já em 2009 afirmava: “Diante de uma situação que piora a cada dia, é imperativo retificar a estratégia de 'guerra às drogas' perseguida na região nos últimos 30 anos. As políticas proibicionistas baseadas na erradicação da produção e na interrupção do fluxo de drogas, bem como na criminalização do consumo, não produziram os resultados esperados. Estamos mais longe do que nunca da meta anunciada de erradicar as drogas.”

O relatório identifica três maneiras principais pelas quais a proibição de drogas prejudica o meio ambiente. Primeiro, “empurra a produção e o tráfico de drogas para as principais fronteiras ambientais”. Embora “a área total de floresta que os produtores de cultivos de drogas desmatam anualmente seja relativamente trivial”, “o principal desafio é a maneira como os mecanismos de proibição empurram a produção e depois a erradicação de drogas para áreas remotas e biodiversas de particular significado ambiental”. Quanto mais produtores e traficantes são perseguidos, “mas eles procuram paisagens remotas para realizar seus negócios, e mais ampla se torna sua área de influência”.

O pequeno agricultor que cultiva drogas nas margens da floresta não é o vilão. Como disse Sai Lone, conselheiro sênior do Fórum de Agricultores de Ópio de Mianmar: “Quero dizer que não é justo culpar os pequenos agricultores de ópio, que são criminalizados pela lei e marginalizados pela sociedade e pelos mecanismos de mercado, pelos danos ambientais. Eles não têm poder para responder. Apoiem-nos. Não apenas nos culpem.”

Em segundo lugar, “os lucros das drogas financiam uma destruição ambiental mais ampla”. “Uma vez que a proibição empurra o crime organizado para as fronteiras tropicais biodiversas, seus lucros são reinvestidos para financiar outras atividades ambientalmente prejudiciais nessas mesmas áreas.” Os lucros das drogas atuam como “um banco de investimento para uma série de outras empresas criminosas organizadas prejudiciais ao meio ambiente, indústrias extrativas e agronegócios intensivos em carbono”.

O exemplo da mineração ilegal na Amazônia brasileira é revelador. “As frentes de mineração ilegal estabelecem uma complexa rede de pistas de pouso e portos clandestinos, envolvendo acordos com elites econômicas e políticas locais, bem como esquemas de corrupção envolvendo agentes do Estado. Todos esses elementos são de interesse dos traficantes de drogas, assim como o uso do ouro como meio de lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas e a oportunidade de investir os lucros ilícitos do tráfico em atividades de mineração.” A operação Narcos Gold, da Polícia Federal brasileira, revelou um grupo que “operava uma extensa rede de negócios ilícitos em todo o território brasileiro, movimentando uma quantia estimada em mais de 200 milhões de dólares”.

Em terceiro lugar, a proibição “desestabiliza as sociedades e obstrui os esforços para mitigar as mudanças climáticas”. “Todos os anos, centenas de corajosos defensores ambientais são assassinados defendendo suas terras e recursos, com as mortes concentradas nas principais zonas de produção e tráfico de drogas.” A Global Witness revelou que “em 75% dos casos, os assassinatos de defensores ambientais não puderam ser vinculados a nenhuma indústria legítima”. Os números mostram que “em 2022, quase dois terços de todos os assassinatos de

defensores ambientais em todo o mundo ocorreram em apenas três países: Colômbia, México e Honduras" — todos papéis críticos na produção e tráfico de cocaína.

O relatório também mostra como a proibição desvia recursos públicos. "A aplicação de políticas antidrogas custa pelo menos US$ 100 bilhões por ano globalmente, rivalizando quase com o orçamento de ajuda mundial de US$ 130 bilhões." Este dinheiro público poderia ser gasto em iniciativas que promovam a saúde pública e planetária.

A conclusão do documento é um apelo direto ao movimento ambientalista: "A proibição de drogas é um dos principais impulsionadores do crime organizado, corrupção e captura do Estado em regiões ecologicamente frágeis. Enfrentar a emergência climática requer ação urgente e coordenada pelos movimentos ambiental e de política de drogas, para substituir a proibição por uma regulação que apoie as pessoas e o planeta."

Ainda reportando sobre o clima, um novo estudo publicado na *The Lancet Public Health*, intitulado "*The 2026 Europe report of the Lancet Countdown on health and climate change: narrowing window for decisive health action*" reforça a urgência da ação climática. A janela para uma ação decisiva em saúde está se estreitando perigosamente — temos pouquíssimo tempo.

O relatório alerta que a saúde pública está sendo sacrificada em nome de interesses econômicos de curto prazo, ecoando as críticas do MENAFem sobre a austeridade e a priorização dos credores.

"Esta terceira edição do relatório do Lancet Countdown sobre saúde e mudança climática na Europa rastreia sistematicamente os efeitos na saúde das ações de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, economia e finanças, e o engajamento de vários atores sociais na relação entre mudança climática e saúde, com base em dados até 2025. O relatório apresenta sete novos indicadores, atualizações metodológicas, séries temporais estendidas para indicadores existentes e destaca desigualdades nos riscos e impactos à saúde sempre que possível.

**Os atuais riscos e impactos das mudanças climáticas na saúde**

Os indicadores revelam um aumento acentuado nos impactos negativos diretos e indiretos da exposição ao calor na saúde. Quase todas as regiões europeias monitoradas (823 [99,6%]) registraram aumento no número de mortes atribuíveis ao calor durante 2015-24 em comparação com 1991-2000, com um aumento médio anual geral de 52 (IC 95% 43-59) mortes por milhão de habitantes (indicador 1.1.3). Os alertas diários de saúde para calor extremo aumentaram 3,2 (318%) em 2015-24 em comparação com 1991-2000. Comparando 2015-24 com 1991-2000, a exposição ao calor aumentou em 1,17 bilhão (254%) de pessoas-dia entre bebês e idosos (≥65 anos; indicador 1.1.1), e o número médio anual de horas em que a exposição ao calor tornou a atividade física leve ou moderada insegura aumentou em 60 (88%; indicador 1.1.2). Mais de 1 milhão de pessoas adicionais foram afetadas por insegurança alimentar moderada ou grave em toda a Europa em 2023 em comparação com a média anual do período 1981-2010, devido ao aumento das ondas de calor e da exposição à seca (indicador 1.5.1). Estima-se que o aumento da temperatura média anual tenha reduzido a oferta de trabalho em aproximadamente 24 horas por trabalhador por ano em toda a Europa em 2000-23, em comparação com 1965-94 (indicador 4.1.1). A adequação climática de doenças infecciosas emergentes e reemergentes aumentou rapidamente na última década devido às mudanças climáticas (indicador 1.3), manifestada por uma expansão da faixa geográfica de alguns vetores de doenças, acompanhada por surtos mais frequentes na Europa. Por exemplo, a adequação

anual de transmissão do vírus da dengue aumentou 297% na Europa em 2015-24, em comparação com 1981-2010, provavelmente contribuindo para o crescente número de surtos locais de arbovírus transmitidos por *Aedes* na Europa. Além disso, as mudanças climáticas prolongaram a estação polínica em 1-2 semanas (indicador 1.4.1), aumentando a duração da exposição para pessoas com rinite alérgica.

Os riscos, vulnerabilidades e impactos das mudanças climáticas são distribuídos de forma desigual entre grupos populacionais e regiões. As famílias de baixa renda na Europa têm 10,9 pontos percentuais mais probabilidade de experimentar insegurança alimentar devido ao aumento de eventos de onda de calor e seca em comparação com famílias de renda média (indicador 1.5.1). Os trabalhadores ao ar livre na construção civil e na agricultura estão em risco particular de lesões relacionadas ao calor devido ao aumento da exposição ao calor (indicador 4.1.1). As pessoas que vivem nas regiões mais pobres experimentam maiores riscos de incêndios florestais (indicador 1.2.2) e menos acesso a espaços verdes em comparação com aquelas que vivem em regiões menos desfavorecidas (indicador 2.2.3). Embora observemos um número crescente de países que estabeleceram planos nacionais de adaptação na saúde (indicador 2.1.2) e oferecem serviços climáticos ao setor de saúde (indicador 2.2.1), é importante garantir que as estratégias de adaptação considerem as diferenças nos riscos para proteger os grupos mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas.

**Uma abordagem integrada para a mitigação das mudanças climáticas é necessária**

Na Europa, a intensidade de carbono (indicador 3.1.1) e o uso de carvão (indicador 3.1.2) diminuíram em 2023 em comparação com 2022. Por outro lado, os subsídios anuais aos combustíveis fósseis atingiram um novo recorde em 2023 em comparação com 2010 (indicador 4.2.1), atingindo €444 bilhões em 2023, refletindo as respostas dos governos aos preços da energia em disparada após a invasão da Ucrânia pela Rússia. Ao mesmo tempo, a participação da energia renovável no fornecimento total de eletricidade europeu aumentou para 21,5% em 2023, em comparação com 8,4% em 2016 (indicador 3.1.3). As tendências de investimento também apontam em uma direção positiva; o investimento em energia limpa foi de €427 bilhões, em comparação com €229 bilhões em 2015 (86% maior), e o investimento em combustíveis fósseis foi de €76 bilhões em 2024, em comparação com €112 bilhões em 2015 (32% menor; indicador 4.2.2). Embora os governos tenham aumentado o apoio aos combustíveis fósseis, particularmente em resposta à instabilidade geopolítica, tendências ascendentes no investimento em energia limpa e na expansão renovável foram evidentes, mas precisam ser aceleradas."

**A economia feminista como alternativa central**

Finalizando o bloco, uma outra reflexão da organização MENAFem: O que seria (e será) necessário para reconstruir um sistema que coloque os direitos das pessoas e do planeta antes do lucro? O artigo escrito por Mahinour ElBadrawi traz a economia feminista como alternativa central — não como agenda tangencial à transformação, conectando a crise da dívida, a crise climática, a crescente exponencial de conflitos e a fragilização do multilateralismo à uma governança econômica global incapaz de lidar com suas crises. Abaixo, o texto traduzido integralmente:

"Em um tempo de guerra, dívida, colapso ecológico e multilateralismo fragmentado, a justiça econômica feminista não pode ser tratada como uma agenda secundária. É uma medida de se a governança econômica global é capaz de responder às realidades que as pessoas estão vivendo.

Em toda a região SWANA e além, violência, ocupação, deslocamento e genocídio em curso estão destruindo vidas, meios de subsistência, ecossistemas e os sistemas públicos dos quais as pessoas dependem para sobreviver. O desenvolvimento não pode ser separado dessas realidades. Nem os debates econômicos globais podem tratar guerra, dívida, austeridade, colapso climático e a crise do custo de vida como se pertencessem a conversas diferentes.

As economias de guerra devastam vidas não apenas através da violência direta e assassinato, mas também ao tornar as condições econômicas e sociais básicas necessárias para a sobrevivência e a dignidade humana cada vez mais inatingíveis. Embora o impacto seja sentido em todo o mundo, os custos mais pesados são suportados pelo Sul Global e transferidos especialmente para mulheres, meninas e pessoas com diversidade de gênero por meio de perda de renda, trabalho de cuidado não remunerado intensificado e acesso reduzido a direitos, incluindo saúde, educação, alimentação, trabalho, moradia e proteção social. A questão essencial então se torna: 'Se as pessoas sobrevivem ao bombardeio, elas podem arcar com o custo de vida?'

A crise também é incorporada e vivida através dos corpos de mulheres, meninas e pessoas com diversidade de gênero. Os direitos sexuais e reprodutivos não são abstratos quando a água é escassa, os produtos de higiene menstrual são escassos, as clínicas são destruídas e os sistemas públicos estão entrando em colapso. O que significa dar à luz, gerenciar a menstruação, buscar contracepção, acessar cuidados obstétricos de emergência ou manter a dignidade sob essas condições? Uma análise econômica feminista deve nomear essas realidades porque a guerra, a dívida, a austeridade e a privatização são vividas através de corpos, lares e sistemas de cuidado.

Enquanto os ministros das relações exteriores e os governos se preparam para se reunir em Madrid no próximo mês para a Quinta Conferência Ministerial sobre Política Externa Feminista, sob o tema 'Construindo Paz e Democracia', o teste já está claro. Para cumprir os compromissos com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e o progresso nas áreas de preocupação da Declaração de Pequim e Plataforma de Ação, a liderança feminista não pode ser medida apenas por uma linguagem mais forte de igualdade de gênero. Deve ser medida se os governos confrontam como as regras de governança econômica global sobre dívida, impostos, comércio e investimento, financiamento climático, assistência oficial ao desenvolvimento, capital privado, militarização e regras e práticas comerciais moldam os direitos para além de suas fronteiras. Isso se estende ao papel dos governos na governança, programas e políticas do FMI e do Grupo Banco Mundial, de acordo com suas obrigações extraterritoriais e dever de cooperar internacionalmente, de forma coerente, entre fóruns e espaços de política, para não causar danos e para cumprir direitos. Isso é especialmente oportuno, pois a Espanha sedia a conferência, em uma tentativa de conectar significativamente os pontos com os compromissos de Sevilha da conferência FFD4 no ano passado.

Ao contrário do que as Instituições de Bretton Woods e os atores do setor privado que lucram com a ordem atual continuam a promover, o problema não é a falta de recursos. É o acúmulo de riqueza e a falta de vontade política para reverter as regras extrativistas, abusos fiscais, acordos de dívida e escolhas políticas que permitem que bilionários e corporações evitem suas obrigações sociais e legais, ao mesmo tempo que despojam os estados do espaço fiscal necessário para cumprir os direitos. Muitas vezes, as Instituições de Bretton Woods protegem a

estabilidade dos credores e investidores, preservam estruturas de poder enraizadas na injustiça histórica e permanecem inadequadas para o propósito. Aqueles que lucraram com os sistemas que produziram desigualdade, despossessão e destruição não podem ter permissão para definir os termos de 'desenvolvimento' ou 'reconstrução', nem ser confiáveis para entregar resultados diferentes e futuros mais justos.

Isso é evidente na forma como a crise é gerida na região SWANA. A linguagem é estabilidade, reconstrução e recuperação. Mas estabilidade para quem, e recuperação em que termos? Grupos da sociedade civil levantaram sérias preocupações sobre o papel do Banco Mundial nas discussões de reconstrução de Gaza, incluindo o que isso significa para a legitimidade multilateral, a responsabilidade e a participação palestina. A reconstrução não pode se tornar outro local onde atores poderosos decidem o futuro de um povo sem ele, ou reproduzem as lógicas coloniais, militarizadas e movidas pelo lucro que produziram a despossessão e a destruição em primeiro lugar.

Essa recusa em redistribuir poder tem raízes históricas profundas. Em março de 2026, a Assembleia Geral da ONU adotou uma declaração, A/80/L.48, reconhecendo o tráfico de africanos escravizados e a escravidão racializada de africanos como o crime mais grave contra a humanidade. Esse reconhecimento é importante para os debates econômicos atuais porque o tráfico transatlântico de escravos, a extração colonial e os regimes racializados de trabalho, propriedade e capital ajudaram a construir uma economia global através da opressão e desumanização. A justiça reparatória não pode ser separada da reforma das cotas do FMI, da justiça da dívida, da justiça fiscal ou do financiamento climático.

Os debates recentes sobre governança econômica global tornaram essa contradição visível. Os governos falam de implementação enquanto os encargos da dívida aumentam, a ajuda é cortada e os gastos militares se expandem. As evidências confirmam o que os movimentos feministas há muito argumentam: 54 países, lar de 3,4 bilhões de pessoas, agora gastam mais com serviço da dívida do que com saúde ou educação; a assistência oficial ao desenvolvimento dos membros do CAD caiu 23,1% em 2025, a maior contração anual registrada; e os gastos militares globais atingiram um recorde de US$ 2,887 trilhões no mesmo ano. A questão é uma de vontade política: cujas vidas são protegidas, cujos futuros são financiados e cujas reivindicações são tratadas como descartáveis.

Uma leitura feminista começa com os custos que os balanços oficiais apagam. Quando o serviço da dívida aumenta, os serviços públicos são cortados, os preços dos alimentos e da energia aumentam e os choques climáticos se intensificam, os custos não desaparecem. Eles reaparecem em filas mais longas nas clínicas, refeições reduzidas, horas não remuneradas de cuidado e no trabalho diário de sobrevivência, especialmente para mulheres e meninas. A economia do cuidado se torna o amortecedor de choque de um sistema que se recusa a redistribuir poder e recursos.

Uma agenda de justiça econômica feminista deve conectar o que os espaços políticos comumente separam: dívida, impostos, financiamento climático, cuidado, militarização e governança econômica democrática.

Dívida é uma questão feminista. Não se trata apenas de cronogramas de pagamento, comitês de credores ou indicadores fiscais. Trata-se de saber se os estados têm os recursos e o espaço político para cumprir suas obrigações com as pessoas. Avaliações de sustentabilidade da dívida que ignoram sistemas de cuidado, saúde reprodutiva, segurança alimentar, moradia, educação, adaptação climática e proteção social refletem uma visão de sustentabilidade do

credor, não as condições necessárias para dignidade, autonomia corporal e direitos. Análises recentes do PNUD tornam isso visível: estima-se que o aumento do serviço da dívida coloque em risco o equivalente a 55 milhões de empregos de mulheres, reduza a renda per capita das mulheres em 17% e aumente a mortalidade materna à medida que os países passam de um serviço de dívida moderado para alto. A coordenação dos mutuários pode ajudar os estados do Sul Global a afirmar voz coletiva e construir poder de barganha, mas a justiça da dívida feminista exige o cancelamento da dívida e uma reestruturação baseada em direitos soberanos consagrada em uma abordagem estatutária, por meio de uma convenção-quadro da dívida liderada pela ONU que garanta que o debate sobre a sustentabilidade da dívida e as avaliações relacionadas sejam fundamentados nos direitos humanos, na igualdade de gênero e nas obrigações climáticas.

Imposto também é uma questão feminista. Os estados não podem cumprir os direitos sem recursos, e não podem mobilizar esses recursos de forma justa em um sistema tributário global que permite a transferência de lucros corporativos, fluxos financeiros ilícitos, competição fiscal prejudicial e a subtributação da riqueza e do capital. A Convenção Fiscal da ONU é importante porque se trata de quem escreve as regras, e se os países do Sul Global podem moldar as condições fiscais necessárias para financiar o cuidado, os serviços públicos, a ação climática e a proteção social.

O financiamento climático não pode ser separado do cuidado ou do impacto ecológico da guerra. À medida que os choques climáticos se intensificam e os sistemas públicos são enfraquecidos pela dívida e pela austeridade, as famílias e comunidades absorvem os custos. A Oxfam, a CARE e a Coalizão pela Justiça Climática estimam que, embora os países desenvolvidos tenham relatado quase US$ 116 bilhões em financiamento climático para 2022, seu valor real era de apenas US$ 28 a US$ 35 bilhões, com quase 70% fornecido como empréstimos. O financiamento climático que chega como empréstimos não é justiça climática. É financiamento climático nos termos do credor. Nem uma transição verde feminista pode ignorar a militarização, que destrói ecossistemas, contamina a terra e a água, acelera as emissões, desvia recursos da ação climática e aprofunda a dependência de combustíveis fósseis sob a linguagem da segurança energética. Em Gaza, o PNUMA alertou que os danos ambientais estão prejudicando a saúde humana e ameaçando a segurança alimentar e hídrica de longo prazo, inclusive através de danos aos suprimentos de água doce, contaminação do solo e colapso da infraestrutura de tratamento de esgoto. Uma transição feminista, decolonial e baseada em direitos deve, portanto, ser pública, baseada em doações, não criadora de dívidas e enraizada na responsabilidade histórica.

Essa lente feminista também deve alcançar a governança do FMI e do Banco Mundial. Quem decide o que conta como política econômica 'sólida'? Quem define estabilidade? Cujos direitos são tratados como injustificadamente derrogáveis, ou pior, inteiramente descartáveis, em nome da disciplina fiscal? A vigilância, os empréstimos e os conselhos políticos do FMI moldam os orçamentos públicos e os limites do que é dito aos governos ser possível. A questão não é simplesmente representação. É a governança econômica democrática: se o poder de decisão se desloca das instituições dominadas por credores para os países e comunidades cujas vidas são moldadas por essas políticas. A reforma não pode parar na linguagem sobre voz. Deve confrontar a lógica de US$ 1 = 1 voto da governança de Bretton Woods, onde o poder econômico se traduz em poder político.

Uma abordagem feminista baseada em direitos exige um teste de não dano: essas políticas expandem ou restringem os recursos e o espaço político que os estados precisam para

cumprir os direitos, proteger níveis essenciais mínimos e evitar empurrar o ajuste para aqueles que já enfrentam discriminação e exclusão? Quando a sobrevivência das pessoas e do planeta é tratada como uma variável a ser ajustada para os credores, isso não é meramente um cálculo econômico. É uma escolha política com profundas consequências para os direitos humanos.

A linguagem de gênero não é suficiente. O financiamento feminista para o desenvolvimento significa justiça da dívida e fiscal, financiamento climático público e baseado em doações, proteção social universal, trabalho decente, sistemas públicos de cuidado, autonomia corporal, governança democrática das instituições financeiras e um fim à austeridade. Significa também resistir à regressão da linguagem dos direitos humanos das mulheres e defender a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos como responsabilidade pública, não como programação opcional.

Para os governos que se apresentam como campeões da política externa feminista ou dos direitos das mulheres, cumprir o discurso significa mais do que uma política fiscal feminista em casa. Significa carregar responsabilidades para além das fronteiras. A assistência oficial ao desenvolvimento não é caridade. O financiamento climático baseado em doações não é um ato de generosidade. Reparações não são simbólicas. Elas fazem parte de um conjunto mais amplo de medidas políticas necessárias para cumprir o dever de cooperação internacional e reparar os danos históricos e contínuos do colonialismo, extração, destruição ecológica, militarização e regras econômicas desiguais.

Sob o direito internacional dos direitos humanos, os estados têm o dever de respeitar, proteger e cumprir os direitos, inclusive por meio da cooperação internacional e de obrigações extraterritoriais. Isso significa reverter os cortes na ODA, investir na igualdade de gênero, apoiar o cancelamento da dívida e uma estrutura de dívida liderada pela ONU, engajar-se construtivamente na Convenção Fiscal da ONU, apoiar o financiamento climático público e baseado em doações, reformar os Direitos Especiais de Saque e acabar com os mecanismos de solução de controvérsias entre investidor e estado que restringem a capacidade dos estados de regulamentar no interesse público.

A aliança Norte-Sul global não pode ser limitada a discursos, eventos paralelos ou compromissos de gênero seletivos. Deve ser construída sobre redistribuição, reparação, responsabilidade e mudança das regras que preservam o poder desigual. O reconhecimento é apenas o ponto de partida. É crucial para o futuro da nossa civilização e planeta compartilhados que os governos não repitam os erros que construíram a ordem atual: lucrar com a despossessão, extração, desumanização, guerra, genocídio e destruição ecológica, e depois chamar o resultado de desenvolvimento.

Em um momento em que a justiça de gênero está sob ataque, a justiça econômica feminista não pode significar uma linguagem mais suave em torno das mesmas regras quebradas. Deve significar organizar economias em torno do cuidado, autonomia corporal, dignidade, igualdade, bem-estar coletivo e reparação ecológica, ao mesmo tempo em que impede que atores públicos e privados lucrem com o genocídio ou a destruição do planeta."

**Para escutar e pensar outros futuros possíveis**

O novo episódio do podcast do FREE — *Forum For Real Economic Emancipation*, Camila Vergara entrevistou a autora Eleanor Finley, "*Practicing Social Ecology*" (Pluto Press), para traçar como alternativas democráticas e ecológicas ao capitalismo passam da teoria à prática — dos

comuns da Nova Inglaterra aos municípios de Burlington, Vermont, até as comunas feministas de Rojava, no norte da Síria.

Baseando-se no legado intelectual de Murray Bookchin — enraizado em Marx, no anarquismo, na filosofia indígena e em Hannah Arendt — esta conversa mapeia o que é necessário para construir poder político real a partir da base: produção cooperativa, assembleias de democracia direta, municipalismo libertário e a transformação interna necessária para sustentar um movimento.

Saúde

Neste bloco, comentamos a crescente infiltração da Palantir no NHS britânico, um alerta sobre a captura corporativa da saúde pública. Em seguida, analisamos as denúncias do People's Health Dispatch durante a Assembleia Mundial da Saúde (WHA), sobre a destruição dos sistemas de saúde na Palestina e em Cuba, e a luta pelos direitos das mulheres. Por fim, discutimos o estudo da The Lancet sobre o impacto mortal dos cortes na ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA).

**Palantir e NHS: a captura corporativa da saúde pública**

Enquanto os sistemas públicos de saúde ao redor do mundo são enfraquecidos pela austeridade e pela privatização, um novo ataque vem da tecnologia. A Palantir, uma empresa americana de análise de dados, apoiada em seus primeiros anos pela In-Q-Tel, agora desempenha um papel central na Plataforma de Dados Federados do NHS, no valor de £330 milhões. A empresa fornece plataformas de tomada de decisão, como a Foundry, que organizações governamentais e empresas usam para descobrir padrões, gerenciar operações e apoiar o planejamento e a tomada de decisão. O presidente da empresa, Peter Thiel, é conhecido por suas visões ultra neoliberais. Na Oxford Union em 2023, ele disse que o NHS adoece as pessoas e deveria ser privatizado.

Os contratos foram concedidos pelos governos de Boris Johnson (2020) e Rishi Sunak (2023), “sob regras de emergência da COVID”. O acordo inicial de três meses só foi tornado público sob pressão legal, e o negócio foi então renovado por £23 milhões, novamente sem evidência de concorrência ou tendo a opinião popular consultada. A versão mais recente, a Plataforma de Dados Federados, foi concedida competitivamente em dezembro de 2023 a um consórcio liderado pela Palantir, num clássico caso de “aprisionamento ao fornecedor”.

Embora a Palantir atue como “processadora de dados” e não possa legalmente tomar decisões sobre esses dados, a centralização de informações médicas sensíveis nas mãos de uma empresa com laços com a inteligência dos EUA e um presidente abertamente favorável à privatização do NHS levanta sérias questões sobre governança, transparência e confiança. E a IA melhorou o desempenho do NHS? O governo do Reino Unido já reivindicou melhorias significativas devido à Palantir, porém pesquisadores levantaram dúvidas tanto sobre os métodos de pesquisa usados para quantificar tais sucessos quanto sobre as conexões pessoais das pessoas envolvidas nisso — iremos trazer novas análises no futuro.

**WHA79: a destruição dos sistemas de saúde na Palestina e Cuba**

A 79ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA), realizada em Genebra de 18 a 23 de maio, ocorreu em um contexto de crises globais, orçamento encolhido e anúncios de retirada. O People's Health Movement esteve presente através de sua equipe do WHO Watch, trazendo

uma visão geral dos tópicos mais importantes abordados durante a semana (iremos trazer mais análises no próximo informe, conforme outras organizações publicam seus pareceres).

As intervenções na WHA cobriram ataques à saúde na Palestina, Líbano, Irã e Cuba, a escassez global de trabalhadores da saúde, enquanto também se baseavam em discussões em andamento, incluindo a construção de um novo sistema de Acesso e Compartilhamento de Benefícios de Patógenos. As intervenções denunciaram como, enquanto a OMS recebia os representantes dos países, a destruição da infraestrutura de saúde na Palestina e no Líbano pelas forças de ocupação israelenses continuou a todo vapor, desrespeitando qualquer acordo de cessar-fogo, assim como as leis internacionais de proteção a civis, corpo médico e trabalhadores de OI's. Com isso, o PHM e outras organizações de saúde usaram a visibilidade da WHA para lançarem um novo apelo para boicotar a Associação Médica Israelense por sua cumplicidade no genocídio, enquanto as demandas pela libertação do Dr. Hussam Abu Safiya e de outros trabalhadores da saúde palestinos persistem.

Além disso, o grupo Stop the Pushback on Women's Rights usou a WHA para denunciar a misoginia dos Estados-Membros na OMS, com a circulação de um flyer explicativo, traduzido abaixo. O texto denuncia como as mulheres continuam a ser instrumentalmente elogiadas como cuidadoras altruístas, enfermeiras e mães, enquanto lhes é negado poder sobre seus próprios corpos e vidas. E como a privatização e os cortes de austeridade nos serviços públicos aprofundam estruturalmente essa injustiça, transferindo trabalho não remunerado e mal remunerado para todas as mulheres e meninas.

O grupo denuncia que "na OMS, a linguagem sobre gênero está sendo removida, os direitos de saúde sexual e reprodutiva contestados e até negados pelos Estados-Membros". Enquanto a WHA79 se desenrola "através de uma miríade de eventos paralelos e discussões técnicas", o coletivo feminista "condena todas as condicionalidades antifeministas que estão gradualmente moldando a política, o financiamento e as direções futuras da OMS". A mensagem final é clara: "Todos os direitos das mulheres são direitos não negociáveis. A saúde pública e a justiça socioeconômica não podem existir sem eles. Qualquer gangsterismo diplomático contra os direitos feministas deve parar agora!"

*"A MISOGINIA DOS ESTADOS-MEMBROS NA OMS DEVE ACABAR."*

*Em todo o mundo, todos os direitos das mulheres estão sob ataque brutal. Isso está acontecendo nos governos e nas sociedades, através da expansão de homens influenciadores e sua manosphere regressiva. Nos últimos anos, essa reação misógina penetrou sistematicamente nas instituições multilaterais, incluindo a OMS, através das ações de governos autocráticos do Norte e do Sul Global, negando direitos conquistados através de décadas de luta feminista.*

*As mulheres continuam a ser instrumentalmente elogiadas como cuidadoras altruístas, enfermeiras e mães, enquanto lhes é negado poder sobre seus próprios corpos e vidas. A privatização e os cortes de austeridade nos serviços públicos aprofundam estruturalmente essa injustiça, transferindo trabalho não remunerado e mal remunerado para todas as mulheres e meninas. A reação é visível em todo lugar. No Afeganistão, o apartheid de gênero apaga as mulheres da vida pública e — cada vez mais — do direito de viver. No Irã, as mulheres que protestam pela liberdade enfrentam prisão e violência. Nos Estados Unidos, Rússia, Argentina e Europa, os direitos sexuais e reprodutivos estão sendo corroídos em nome de "valores tradicionais" que servem aos interesses patriarcais. Na RDC, Gaza, Sudão, Ucrânia e em todos os conflitos ao redor do mundo, mulheres e crianças são as principais vítimas da guerra. Estas não são crises isoladas, mas parte de uma ideologia militarizada baseada no controle sobre todos os*

*corpos das mulheres, sua autonomia e aspirações de vida. Na OMS, a linguagem sobre gênero está sendo removida, os direitos de saúde sexual e reprodutiva contestados e até negados pelos Estados-Membros. Enquanto a WHA79 se desenrola através de uma miríade de eventos paralelos e discussões técnicas, o coletivo feminino Parem o Retrocesso nos Direitos das Mulheres condena todas as condicionalidades antifeministas que estão gradualmente moldando a política, o financiamento e as direções futuras da OMS. A WHA79 é o momento de denunciar os Estados-Membros por violarem a Constituição da OMS e traírem a agenda Saúde para Todos. Todos os direitos das mulheres são direitos não negociáveis. A saúde pública e a justiça socioeconômica não podem existir sem eles.*

*Qualquer gangsterismo diplomático contra os direitos feministas deve parar agora!"*

**Estudo da The Lancet: o impacto mortal dos cortes na ajuda oficial ao desenvolvimento**

Um outro estudo publicado na The Lancet intitulado "Impact of two decades of humanitarian and development assistance and the projected mortality consequences of current defunding to 2030: retrospective evaluation and forecasting analysis", traz números alarmantes sobre os efeitos dos cortes na ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA).

O estudo analisou dados de 93 países de baixa e média renda entre 2002 e 2021, e projetou cenários até 2030. Os resultados mostram que "níveis mais altos de financiamento da ODA foram associados a uma redução de 23% na mortalidade padronizada por idade por todas as causas e uma redução de 39% na mortalidade de crianças menores de 5 anos". O financiamento da ODA foi associado a "grandes declínios na mortalidade por doenças transmissíveis: 70% para HIV/AIDS, 56% para malária, 56% para deficiências nutricionais e 54% para doenças tropicais negligenciadas".

As projeções são catastróficas. "As reduções contínuas no financiamento da ODA poderiam, sob um cenário de desfinanciamento severo, resultar em 22,6 milhões de mortes adicionais em todas as idades até 2030, incluindo 5,4 milhões entre crianças menores de 5 anos." Mesmo sob um cenário de desfinanciamento leve — definido como "uma continuação das tendências atuais de queda" — "as mortes excessivas projetadas seriam de 9,4 milhões no geral e 2,5 milhões entre crianças menores de 5 anos".

O estudo conclui que "o financiamento da ODA desempenhou um papel decisivo na redução da mortalidade evitável em países de baixa e média renda nas últimas duas décadas, e a retirada abrupta desse apoio ameaça causar milhões de mortes evitáveis, revertendo décadas de progresso na saúde global".

"Espera-se que esses cortes abruptos no financiamento da ODA tenham efeitos profundos na saúde das populações afetadas nos próximos anos. Estudos de modelagem em larga escala indicam que os cortes repentinos na USAID e sua recente dissolução resultariam em aumentos substanciais na mortalidade. Nosso estudo recente combinou uma análise retrospectiva do impacto da USAID nas últimas duas décadas com um modelo de previsão, projetando 14,1 milhões de mortes em países de baixa e média renda até 2030 — incluindo 4,5 milhões de mortes infantis — se o financiamento para os antigos programas da USAID fosse quase totalmente interrompido."